

ENTRE O SER E VIVER: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO DISCENTE

Joelma Araújo Borges de Melo; Kênia Gonçalves Costa

Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína

Resumo

A pesquisa buscou mostrar a importância da educação básica para a formação étnico-racial do estudante na construção de sua identidade própria. Este estudo emerge com a lei n.º 10.639/03 que se trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, então alterada pela lei n.º 11.645/08, que inclui também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena, pois não se pode valorizar uma cultura em detrimento de outra. Refletindo sobre as demandas e diretrizes curriculares nacionais para implementação dessa lei, tendo como cerne o currículo formal e o currículo praticado com o proposto de percebermos como acontece a valorização da diversidade étnico-racial, principalmente ao que se refere aos afrodescendentes e indígenas do Colégio Estadual Jorge Amado (Araguaína – TO). A pesquisa foi desenvolvida a partir das observações, pesquisa bibliográfica, análise documental, coleta de dados primários e secundários realizando uma pesquisa com características qualitativa e quantitativa que caminha lado a lado com a subjetividade da fenomenologia por buscar compreender o sentimento individual do estudante sobre sua identidade. Diante das várias dificuldades em se discutir as relações étnico-racial na unidade escolar entendemos que a escola é um lugar privilegiado e pode usar seu poder de influência na construção de uma nova sociedade, trabalhando no combate a discriminação e desencorajando a forma pejorativa como vem sendo tratado grupos étnicos. Devendo o colégio se dispor a trabalhar com efetividade a valorização dos grupos étnicos, juntamente com um trabalho de aprimoramento dos conhecimentos dos professores sobre a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: identidade, lei 10639/03, educação básica, diversidade étnica.

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho visou analisar as políticas públicas para a construção da identidade através da educação básica com base na igualdade étnico-racial no Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA no ano de 2016 e 2017, a partir do processo de formação identitária dos educando levando em consideração a importância de incorporar temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, bem como mostrar como ocorre a construção das (des) igualdade na sociedade pela ausência do ensino das raízes históricas dos povos que formam o Brasil, observando e dando importância a todas elas.

O tema desse trabalho teve seus alicerces, ao deparamos durante observações do estágio em Geografia com situações que não eram discutidas na sala de aula, durante minha passagem por elas e que são de suma importância na construção da identidade dos educando. A partir daí surgiu o interesse pela questão do ensino da história e cultura afro-brasileira na escola, uma discussão sobre a origem de cada um, pela diversidade étnica que existe e que se discutidas diminuiriam as diferenças sociais e étnico-raciais impostos por uma sociedade que se diz democrática, mas que

colabora para formação de cidadãos preconceituosos e racistas por desconhecer sua própria essência.

As desigualdades se apresentam desde a independência do Brasil, onde mais de 90% da população eram escravos negros(as) e nativos(as) e sabendo disso concluir-se que a formação da população brasileira é oriunda desses grupos étnicos e que portando temos uma diversidade enorme e que devem ser valorizadas quanto a sua identidade. Este trabalho apresentará um pouco da luta dos movimentos sociais por implementação de políticas públicas de construção da identidade, bem como cada educando do Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA se vê com relação sua raça/cor.

Para desenvolver essa pesquisa o objetivo geral é compreender a construção da identidade étnico-raciais do estudante do Colégio Estadual Jorge Amado em Araguaína nos anos de 2016 e 2017. Os objetivos específicos norteadores foram: a) identificar as políticas existentes para a construção da identidade étnico-raciais; b) observar como os estudantes se veem com relação à cor/raça; c) analisar as ações da escola em relação à construção identitária do estudante.

Nesse trabalho discutiremos a necessidade de se compreender como esta sendo formada a identidade dos educandos em meio à educação e qual o processo de construção dessa identidade na atualidade, e como se desenvolvem as políticas públicas para essa inserção de conteúdos que considerem o processo histórico de formação de identidade, assim trabalhar a importância para a educação brasileira incorporar temáticas relativas à história e cultura afro-brasileiras e africanas (BRASIL, 2003) no currículo escolar, sendo o principal ponto de partida para mudar a forma como a sociedade se enxerga. Pois valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional e estudar a história mundial fazem com que as relações étnicas raciais não sejam carregadas de tantos preconceitos e que é uma forma de supera o racismo sendo etapas de transformação.

Dessa forma a escolha desse tema se deu ao refletir sobre o que aprendemos na escola sobre a África, a cultura de matriz dos afro-brasileiros e negros na escola, vemos que além do tráfico de escravos, da escravidão, do abolicionismo quase nada foi registrado.

Sabendo que o Brasil é uma nação em que a população na sua maioria é composta por pretos e pardos que segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somado formam os negros e os demais a maior parte são brancos miscigenados, assim faz-se de grande importância discutir as relações étnico-raciais que construíram esse país, logo, deveria ser uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. Portanto, a falta da implantação curricular de uma parte importante e, diria mais, estruturante, da história e cultura brasileira deixam brechas na educação e na formação da identidade das novas gerações, o que faz

com que a África seja vista apenas como uma imagem relegada, estereotipada e pejorativa, sem que seja levada em conta a riqueza cultural, étnica, linguística, artística e muitos outros pontos positivos de uma história de luta.

A falta ou pouco incentivo do aprendizado a história africana ou cultura afro-brasileira é um problema a ser resolvido porque são esforços que não apenas se somam na luta contra o racismo, como também na consolidação da democracia, da promoção da cidadania e no reforço a equidade social e racial. Diante disso na relação durante os estágios na escola com professoras da disciplina de geografia, percebe-se que essa questão do estudo da história da África é tratada apenas em datas específicas ou de forma transversal e não como um componente curricular importante, como é proposta em Lei (BRASIL, 2003).

Com o exposto percebe-se a necessidade de valorizar as raízes africanas da nação brasileira ao lado das indígenas, europeias e asiáticas e reconhecermos a história e cultura dos mesmos, resgatando a identidade do povo afro-brasileiro e indígena a partir de suas raízes históricas, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade que se reconheça igualitária.

Dado que a escola é um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram desde as gerações anteriores, pois no contexto mundial a escola esta situada no mundo e não isolada de tudo, por compreender e ter a capacidade de transmitir tudo que acontece no mesmo, permitir ao estudante se conhecer através dos conhecimentos que ela transmitir e assim saber se identificar diante da diversidade étnica.

METODOLOGIA

Apresente pesquisa se conduzirá pelo método dedutivo que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de uma determinada premissa, ou seja, o “método dedutivo que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente),” (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 88) que vai subsidiar e orientar esta construção pelo viés da fenomenologia que através da subjetividade já que trataremos de um tema onde cada indivíduo pode interpretar da sua maneira que é subjetivo, diz respeito ao sentimento e opinião de cada pessoa sobre determinado assunto.

A pesquisa busca assim perceber como os estudantes do Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA se veem, através da sua opinião sobre como ocorre à relação étnico-racial na mesma e qual o papel da educação na construção da identidade dos mesmos. Uma relação formada com base nas crenças e valores do indivíduo de suas experiências e histórias de vida. Portanto as

questões trabalhadas serão baseadas no sujeito estudante para compreensão de como eles se identificam e como poderiam construir sua identidade de forma adequada. “A Fenomenologia, baseada na interpretação dos fenômenos, na intencionalidade da consciência e na experiência do sujeito, falou do currículo construído, do currículo vivido pelo estudante” (TRIVIÑOS, 2009, p.47).

Para alcançar os objetivos iniciou-se a revisão bibliográfica, sendo utilizados autores que discutem a problemática em questão, educação básica e sua importância na construção da identidade e equidade étnico-raciais.

A segunda parte da pesquisa foi realizada através de levantamentos de dados primários e secundários na escola campo, onde se fizeram uso de questionários e entrevistas, procedimentos bastante utilizados em pesquisas geográficas para obtenção de dados quantitativos e qualitativos. As entrevistas foram realizadas com o grupo gestor (diretor e coordenadores) da escola campo, pelo fato de serem os responsáveis pela escola e por sua programação curricular, o que facilita a obtenção dos objetivos buscados. Os questionários também foram direcionados aos estudantes com a intenção de obter informações, mais precisas sobre o caso estudado, buscando a percepção individual. Quanto ao uso de questionário, é um método quase que imprescindível na obtenção de dados quantitativos o que não impede que com o mesmo se tenha dados qualitativos (VENTURI, 2005). Nessa fase de observações foi possível compreender como são estabelecidas as relações de aceitação e identificação entre os estudantes sobre sua identidade e como é praticado o ensino da Cultura e História Afro-Brasileira e Indígena na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permeou inicialmente com um diálogo com Gomes (2005) que vem tratado das discussões feitas no debate das relações étnicos raciais no Brasil, utilizando também o material a cerca da implementação desde 2006 (BRASIL, 2006) que discute essas implementações a partir da lei 10.639/03 e das orientações curriculares, da resolução n.º 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004) para todos os seguimentos da formação de um cidadão crítico, que passa desde a educação infantil até o ensino superior com a licenciatura tendo uma preposição específica para educação quilombola, esses elementos vão contribuindo para que consiga estabelecer elementos para que se entendam os critérios de formação da identidade.

O dialogo continua com o autor Leandro Vaz (2012) que discute a implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior, **realizando** um levantamento até 2012 destas instituições estavam implantando medidas de ações afirmativas dentro dos cursos. O autor

espacializa esse quadro porque até esse momento necessitava de articulações, movimentos sociais, professores e pesquisadores envolvidos para que essa implementação acontecesse, isso porque a discussão sobre o programa das ações afirmativas (cotas) por não existir o reconhecimento do racismo e da discriminação, mas mesmo com todas as contestações este programa está regido no âmbito Federal pela Lei 12.711/12(BRASIL, 2012) que é fruto da luta do movimento negro e tem um caráter sócio racial, que garante o ingresso e permanência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio por meio das cotas que são preferencialmente para aqueles que se auto declare pretos (ou negros), pardos (ou mulatos ou mestiços) ou indígenas.

Contudo, o movimento social/racial luta por várias vertentes no caminho das ações afirmativas. Na vertente da formação de professores, aquele professor que já está na sala de aula teve que se adequar a Lei n.º10.369/03 (BRASIL, 2003), como apresenta o autor Santos (2005) que discute no seu texto os percursos dos movimentos sociais para a promulgação da mesma, lei essa que diz que todas as instituições deviam ter obrigatoriamente essas ações de implementação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. As discussões encaminharam novas mudanças, pois não atendiam as reivindicações dos movimentos indígenas, porque no currículo não se apresentavam saberes destes grupos, assim houve outra alteração agora para a lei 11.645/08 (BRASIL, 2008).

No campo curricular a discussão encaminhou no contexto da diversidade étnico-racial da educação escolar, para isso desenvolve subtemas que vão esclarecer como funciona o currículo no seu contexto geral e o próprio currículo da escola sendo: a) sobre os currículos e a discussão a cerca das relações étnico-raciais que foi subsidiado pelos parâmetros curriculares nacionais e pelo trabalho de Silva (2005); b) baseado no referencial curricular do Tocantins e da proposta curricular do ensino médio sobre o currículo no estado do Tocantins a cerca das relações étnico-raciais na área das ciências humanas; c) analisa o currículo a cerca das relações étnico-raciais na escola campo baseados na leitura de Veiga (1998); d) expõem-se as características da escola campo; e) colocar as práticas educativas da escola campo, informações dispostas no projeto político pedagógico (PPP) da escola Campo; f) fazemos uma análise com base nos dados obtidos durante investigação documental e observações das práticas educativas no contexto das ações afirmativas da escola campo.

A valorização e construção da identidade étnico-racial dos estudantes e como vem sendo feita a promoção da identidade racial no contexto da escola campo, baseados na apresentação dos dados da observados e os recolhidos durante a pesquisa. E na sequência estão as considerações

finalis carregada de esperança na educação e nos educadores(as) para uma formação igual e de reconhecimento as pessoas como seres humanos com direitos e valores independente das suas diferenças inerentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711 D.O.U de 30 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Brasília: DF. 2012

BRASIL. Lei nº 11.645 D.O.U de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 10.639/03 D.O.U. de 9 de janeiro de 2003. Brasília: DF. 2008

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira.** Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 227 – 257.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, D.O.U. de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: DF. 2003.

CNE, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CPnº 003/04 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004.

MARCONI. Marina de Andrade. LAKATOS. Eva Maria: **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010 (1ªed.1985)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 2º ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

VAZ, Leandro Farias. **Uma Geografia das ações afirmativas no ensino superior:** as cotas étnico-raciais na UEG e UFG. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA).Goiânia: IESA/UFG. 2012.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.* Campinas: Papirus, 1998.p.11-35.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Praticando a geografia: Técnicas de Campo e Laboratório em geografia e análise ambiental.** São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

TRIVINOS. Augusto Nivaldo Silva: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a educação qualitativa em educação** 1ªed.18 reimpressão, São Paulo. Atlas, 2009 (1.ed.1987)